

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ**

Senhora Assessora Procuradora-Chefe.

Tratam os presentes autos do exame das contas de 2020 da Prefeitura Municipal de Bofete.

O relatório da fiscalização, o qual esteve a cargo da UR 9, encontra-se no evento nº 39. Devidamente notificado, evento nº 46, os interessados pelas contas deixaram de juntar suas alegações defensórias.

Inicialmente, informamos que os pareceres das contas dos exercícios de 2017 e de 2019 foram favoráveis com recomendações e o parecer das contas do exercício de 2018 foi favorável com advertências.

Com base nos dados gerados pelo Sistema AUDESP, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou um déficit de R\$ 15.618,50, ou 0,04%, pois, a receita arrecadada de R\$ 40.907.013,51 foi inferior à despesa empenhada acrescida do repasse de duodécimo líquido transferido à Câmara Municipal. Esse resultado encontrava-se totalmente amparado pelo superávit financeiro vindo do exercício anterior (Item B.1.1).

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades nas receitas, nas despesas e nos aspectos orçamentários, contábeis e fiscais (Itens B.1.1.2.2, B.1.1.2.3 e B.1.1.2.4).

O superávit financeiro de R\$ 6.075.892,39 em 2019 aumentou para R\$ 6.233.754,01 em 2020. O resultado econômico positivo em R\$ 4.867.511,62 elevou em 11,44% a situação patrimonial (Item B.1.2).

De acordo com o item anterior, a Prefeitura apresentou no encerramento do exercício examinado um superávit financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o pagamento total de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro (Item B.1.3).

A dívida de longo prazo diminuiu em 11,92%, alterando de R\$ 2.171.241,34 no exercício de 2019 para R\$ 1.912.421,45 em 2020 (Item B.1.4).

No caso dos precatórios judiciais, o Município está enquadrado no Regime Ordinário e no exercício de 2020 a fiscalização apurou a seguinte movimentação: Valor atualizado até 31/12/2019 - R\$ 10.366,64; Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame - R\$ 409.944,06; Valor pago no período - R\$ 284.227,19; Saldo atualizado em 31/12/2020 para pagamento no exercício seguinte - R\$ 136.083,51 (Item B.1.5).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ**

O TJSP atestou a suficiência dos depósitos devidos no período. O saldo de 31/12/20 não foi registrado corretamente no balanço patrimonial, pois constou o valor de R\$ 10.366,64, o qual foi pago no exercício de 2019.

Também foi quitada a totalidade de requisitório de baixa monta incidente no período, no valor de R\$ 17.052,23.

Em relação ao recolhimento dos encargos sociais, foram apresentadas as guias do INSS, do FGTS e do PASEP, inexistindo regime próprio de previdência social (Item B.1.6).

A Prefeitura não possuía acordos de parcelamentos ou reparcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei nº 13.485/2017 e/ou pela Portaria nº 333/2017. Contudo, foi firmado perante o INSS um ajuste anterior de parcelamento baseado em outras leis e portarias, sendo que no período em exame foi cumprido o acordado (Item B.1.6.1).

Foi dado cumprimento ao previsto no artigo 42 da LRF, com a existência de disponibilidade financeira em 31/12 suficiente para quitar o saldo de restos a pagar e os valores restituíveis de caixa (Item B.1.11.1.1).

Feitas estas considerações iniciais, consideramos bons os resultados contábeis do exercício (o déficit orçamentário de 0,04% foi totalmente suportado pelo superávit financeiro vindo do exercício anterior, investimento da ordem de 10,19% da receita arrecadada total, existência de recursos disponíveis para o pagamento total de suas dívidas de curto prazo, superávit econômico, elevação da situação patrimonial, diminuição da dívida de longo prazo, pagamento regular do passivo judicial, dos encargos sociais e do parcelamento previdenciário existente, além do atendimento ao artigo 42 da LRF).

Apesar dessa situação estável, a fiscalização, na conclusão de seu relatório de fls. 27/28, apontou que o Balanço Patrimonial não registrou corretamente a dívida com precatórios, que a nosso ver não maculou as contas num todo, podendo a falha ser relevada.

Diante do exposto, não vejo questão de ordem contábil que possa comprometer as contas de 2020 da Prefeitura Municipal de Bofete. Ressalto, contudo, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À consideração de Vossa Senhoria.
A.T.J., em 22 de novembro de 2021.

Armando José Gonçalves
Assessoria Técnica